



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA PORTUÁRIA

ANEXO - 3
DO TERMO DE REFERÊNCIA
GARANTIAS

1. GARANTIAS

- 1.1. Da necessidade de garantias de funcionamento (validade, garantia e assistência técnica).
- 1.2. No caso da garantia do fabricante ser maior que a garantia mínima prevista no presente instrumento, deverá prevalecer sempre a maior.
- 1.3. O fornecedor deverá substituir os equipamentos entregues com eventuais defeitos de fabricação ou que apresentarem adulteração de qualidade ou sofrerem eventuais alterações em suas características.
- 1.4. Todas as garantias deverão ser especificadas por escrito em língua portuguesa;
- 1.5. Quando da entrega do material, a CONTRATADA deverá fornecer certificado de garantia, contados a partir da data da emissão da nota fiscal; por meio de documento próprio ou anotação (impressa ou carimbada) na Nota Fiscal.
- 1.6. A cobertura da garantia por parte do fabricante está limitada ao que consta no termo de garantia de seus produtos, não conflitando com o código de defesa do consumidor brasileiro;
- 1.7. Ocorrendo defeito de fabricação durante o período de garantia, a CONTRATADA será comunicada e deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da notificação, providenciar todos os trâmites necessários ao acionamento da assistência técnica, com vistas a providenciar a devida substituição da peça defeituosa, se for o caso, sem ônus para a CONTRATANTE, inclusive no que diz respeito ao eventual custo com remoção;
- 1.8. Contra defeito de fabricação ou desgaste prematuro, não caracterizado como "mal uso", pelo período de 12 (doze) meses, incluindo peças e serviços, sem ônus à Administração.
- 1.9. Pela natureza do objeto a ser comprado – embarcações para o serviço policial – e pela elevada soma de recursos públicos empregados na aquisição, é razoável a exigência de garantia do casco, motor e equipamentos.

- 1.10. Garantia de Casco e Superestrutura: Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, prática usual do mercado para esse tipo de embarcação, incluindo todas as revisões obrigatórias previstas pelo manual do fabricante para este período, incluindo peças e mão-de-obra
- 1.11. Garantia do Conjunto Elétrico e Hidráulico: Garantia mínima de 12 (doze) meses, incluindo peças e mão-de-obra;
- 1.12. Garantia de Pintura na cor preto fosco: Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses nas avarias de pintura original das partes da embarcação, provenientes de defeito na pintura;
- 1.13. Garantia de Equipamentos Eletrônicos e de Navegação: Garantia mínima de 12 (doze) meses contra mau funcionamento, deterioração e oxidação dos componentes eletrônicos, incluindo peças e mão-de-obra;
- 1.14. Garantia de Equipamentos de Salvatagem: Garantia mínima conforme manual do fabricante, não podendo ser inferior a 12 (doze) meses, contra mau funcionamento, deterioração e abrasão;
- 1.15. Garantia da Carreta Transporte: Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, conforme praxe do mercado, contra mau funcionamento, deterioração e corrosão, incluindo peças e mão-de-obra;
- 1.16. Garantia do Fornecimento de Peças para embarcação:
 - 1.16.1. No mínimo 15 (quinze) anos de peças originais, adquiridas e instaladas, com a possibilidade de retrofit, partir da data de venda registrada na nota fiscal.
 - 1.16.2. Deverá, ainda, manter assistência técnica autorizada para a realização de manutenções periódicas durante este período, ressalvando que, após a garantia contratual, os custos de peça e manutenções serão suportados pela Administração;
- 1.17. Os demais itens do objeto em questão que não especificados acima deverão ter garantia mínima de 12 meses.
- 1.18. A Polícia Federal recusar-se-á a receber qualquer objeto que esteja com a qualidade comprometida.
- 1.19. O Licitante deverá fornecer todo o material de reposição dos equipamentos para assegurar o pleno funcionamento dos mesmos desde que cobertos pela garantia e dentro do prazo desta.

2. **ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

- 2.1. O Licitante deverá ter assistência técnica no Brasil e se responsabilizará, sem ônus à Polícia Federal, pelas revisões periódicas previstas em manual do fabricante dos motores, casco, flutuadores e equipamentos eletrônicos instalados na embarcação, pelo período decorrente da garantia estipulada nesta contratação.
 - 2.1.1. Essa assistência não se confunde com a questão do fornecimento de peças previsto no item 1.15 acima.
- 2.2. A garantia inclui substituição de peças e mão de obra decorrente de defeitos de fabricação ou desgaste prematuro de peças durante a vigência da garantia.
- 2.3. Prover central de abertura de chamados técnicos, disponibilizando a abertura de chamados:
 - 2.3.1. por meio de endereço de correio eletrônico (*e-mail*);
 - 2.3.2. Ou portal na internet (ou aplicativo com a mesma finalidade). No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido à Polícia Federal um número único de identificação. Todos os chamados, bem como as providências adotadas, deverão ser armazenados em sistema da

CONTRATADA para controle de chamados. O acesso a esse sistema deverá estar disponível à Polícia Federal quando solicitado. Além disso, os chamados abertos somente poderão ser abertos e fechados após autorização da Polícia Federal;

2.4. Qualquer chamado fechado, sem anuência da Polícia Federal ou sem que o problema tenha sido de fato resolvido, será reaberto e os prazos serão contados a partir da abertura original do chamado, inclusive para efeito de aplicação das penalidades previstas;

2.5. As atividades continuadas desempenhadas pelos NEPOMs são permanentes e regulares, essenciais à execução da política de segurança pública. Tais atividades não podem ser suspensas sem prejuízo das missões institucionais atribuídas à polícia marítima e fluvial da União. Assim sendo, é necessária a adoção de canais e meios que permitam sanar qualquer problema surgido nas embarcações a serem adquiridas, da forma mais célere possível, por serem instrumentos essenciais ao exercício e à atuação dos NEPOMs.

2.6. O TEMPO MÁXIMO DE RESPOSTA para primeiro atendimento (chamado técnico/manutenção) será de até 5 dias úteis, após abertura de chamado técnico.

2.7. O TEMPO MÁXIMO DE SOLUÇÃO (chamado técnico/manutenção) será de 10 até dias úteis, após abertura do chamado técnico.

3. **CONCLUSÃO**

3.1. A garantia do produto, seja ela legal ou contratual, independe de previsão no termo de contrato, em virtude de clara cominação legal, expressa nos artigos 119 e 120 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Frisa-se novamente: a responsabilidade do fornecedor não é afastada quanto a eventuais defeitos, ou vícios ocultos que venham a se revelar no bem recebido pela Administração. Significa dizer que a garantia do produto, ofertada pelo fabricante, deverá ser cumprida pelo fornecedor, mesmo na ausência do termo de contrato, e não deve ser incluída na sua vigência, pois possui prazo próprio e desvinculado, não podendo, por fim, ser classificada como uma obrigação futura.

4. **EQUIPE DE CONTRATAÇÃO**

4.1. Portanto, com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento designada pela Portaria nº 64991518/2025-DICON/CGAD/DLOG/PF considera que a compra é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

4.2. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

APF FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação

Integrante técnico

Mat. P.F.: 18.327

NEPOM/DPF/IJI/SC

APF RICARDO JOSE DA MOTA MOREIRA

Membro da comissão de contratação

Integrante técnico substituto

Mat. P.F.: 15.552



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS, Agente de Polícia Federal**, em 14/10/2025, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSE DA MOTA MOREIRA, Agente de Polícia Federal**, em 14/10/2025, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=142881475&crc=6D9564BA.

Código verificador: **142881475** e Código CRC: **6D9564BA**.